RIO GRANDE ARTES GRAFICAS LTDA:17776071000183
Assinado de forma digital por RIO GRANDE ARTES GRAFICAS LTDA:17776071000183
Data: 2026.07.17 13:43:04 -03'00'

USINA UBERABA

USINA UBERABA S.A.

CNPJ nº 07.674.341/0001-91

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. os balanços patrimoniais, as demonstrações de resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa da Usina Uberaba S.A., relativos aos exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e auditadas por auditores independentes. Permanecemos à disposição dos Senhores Acionistas para as informações que se tornarem necessárias relativamente às contas apresentadas.

Uberaba, 30 de junho de 2026.

Administração

Balanços patrimoniais 31 de março de 2026 e 2025 (*Em milhares de reais*)

Ativo	Nota	Controladora 2026	Controladora 2025	Consolidado 2026	Consolidado 2025 (não auditado)
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	446.638	285.744	468.688	303.146
Contas a receber - Clientes	7	5.216	7.700	9.995	9.107
Contas a receber - Cooperativa	8	36.276	60.284	36.276	60.284
Estoques	9	31.878	29.409	31.931	29.448
Ativo biológico	10	26.043	95.258	26.043	95.258
Adiantamentos a fornecedores	11	63.382	50.616	63.410	50.616
Instrumentos financeiros derivativos	24	811	–	811	–
Impostos a recuperar	12 a)	18.453	16.647	20.546	18.033
Imposto de renda e contribuição social saldo negativo	12 b)	1.474	28.318	1.474	28.318
Demais ativos		4.332	4.369	4.332	4.369
		634.503	578.345	663.506	598.579
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Contas a receber - Cooperativa	8	30	30	30	30
Impostos a recuperar	12 a)	14.242	11.931	19.855	15.912
Depósitos judiciais	13	25.727	19.730	25.727	19.730
		39.999	31.691	45.612	35.672
Investimentos	16	207.908	162.782	78.035	40.881
Imobilizado	17	907.159	718.865	1.059.024	867.400
Intangível		723	627	723	627
Direito de uso de arrendamento	21	19.747	22.057	19.747	22.057
		1.175.536	936.022	1.203.141	966.637
Total do ativo		1.810.039	1.514.367	1.866.647	1.565.216

Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora 2026	Controladora 2025	Consolidado 2026	Consolidado 2025 (não auditado)
Circulante					
Fornecedores	18	80.260	106.570	80.384	108.485
Empréstimos e financiamentos	19 a)	58.738	61.432	60.146	61.487
Debêntures	19 c)	10.020	–	10.020	–
Passivo de arrendamento	21	3.817	3.817	3.817	3.817
Impostos e contribuições a recolher	20	3.755	6.413	3.985	6.515
Imposto de renda e contribuição social a recolher		2.491	7.479	3.064	7.652
Salários e encargos sociais a pagar		24.539	18.096	24.605	18.176
Demais passivos	22	13.878	6.279	13.883	6.284
		197.498	210.086	199.904	212.416
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	19 a)	270.358	186.325	324.560	234.844
Financiamentos - Cooperativa	19 b)	1.230	2.806	1.230	2.806
Debêntures	19 c)	193.725	–	193.725	–
Passivo de arrendamento	21	14.122	15.995	14.122	15.995
Impostos e contribuições a recolher	20	21.739	16.707	21.739	16.707
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	53.819	43.289	53.819	43.289
Provisão para contingências	23	914	914	914	914
		555.907	266.036	610.109	314.555
Total do passivo		753.405	476.122	810.013	526.971
Patrimônio líquido	26				
Capital social		819.547	763.855	819.547	763.855
Reserva legal		55.491	53.526	55.491	53.526
Reserva de incentivos fiscais		144.460	144.460	144.460	144.460
Resultado a deliberar		37.136	76.404	37.136	76.404
Total do patrimônio líquido		1.056.634	1.038.245	1.056.634	1.038.245
Total do passivo e patrimônio líquido		1.810.039	1.514.367	1.866.647	1.565.216

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações de resultados - Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025 (*Em milhares de Reais*)

	Nota	Controladora 2026	Controladora 2025	Consolidado 2026	Consolidado 2025 (não auditado)
Receita operacional líquida	27	775.437	785.545	824.695	806.970
Custo dos produtos vendidos	28	(645.629)	(639.031)	(657.501)	(640.935)
Valor justo do ativo biológico	10	(79.082)	(12.875)	(79.082)	(12.875)
Lucro bruto		50.726	133.639	88.112	153.160
Receitas (despesas) operacionais					
Vendas	29	(12.682)	(24.737)	(12.682)	(24.737)
Administrativas e gerais	29	(55.842)	(41.256)	(55.998)	(42.072)
Outras receitas operacionais, líquidas	30	35.737	3.943	35.324	4.064
Resultado da equivalência patrimonial em controladas	16	29.411	12.660	–	–
Resultado antes do resultado financeiro e impostos		47.350	84.249	54.756	90.415
Receitas financeiras	31	46.464	44.038	49.728	44.538
Despesas financeiras	31	(42.244)	(31.311)	(50.233)	(37.070)
Variação cambial, líquida	31	(3)	(4)	(3)	(4)
Resultado financeiro líquido	31	4.217	12.723	(508)	7.464
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		51.567	96.972	54.248	97.879
Imposto de renda e contribuição social correntes		(1.740)	(19.824)	(4.421)	(20.731)
Imposto de renda e contribuição social diferido	14	(10.530)	3.703	(10.530)	3.703
Lucro líquido do exercício		39.297	80.851	39.297	80.851
Quantidade de ações - em milhares		113.591	113.591	113.591	113.591
Lucro básico e diluído por ação - R$		0,35	0,71	0,35	0,71

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025 (*Em milhares de Reais*)

	Capital social	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Lucros a deliberar	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de março de 2024	616.759	49.483	144.460	172.481	–	983.183
Aumento de capital social (Nota 26 a)	147.096	–	–	(147.096)	–	–
Distribuição de dividendos (Nota 26 c)	–	–	–	(25.385)	–	(25.385)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	80.851	80.851
Destinações:						
Reserva legal (Nota 26 b)	–	4.043	–	–	(4.043)	–
Dividendos obrigatórios (Nota 26 c)	–	–	–	–	(404)	(404)
A deliberar em Assembleia Geral	–	–	–	76.404	(76.404)	–
Saldos em 31 de março de 2025	763.855	53.526	144.460	76.404	–	1.038.245
Aumento de capital social (Nota 26 a)	55.692	–	–	(55.692)	–	–
Distribuição de dividendos (Nota 26 c)	–	–	–	(20.712)	–	(20.712)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	39.297	39.297
Destinações:						
Reserva legal (Nota 26 b)	–	1.965	–	–	(1.965)	–
Dividendos obrigatórios (Nota 26 c)	–	–	–	–	(196)	(196)
A deliberar em Assembleia Geral	–	–	–	37.136	(37.136)	–
Saldos em 31 de março de 2026	819.547	55.491	144.460	37.136	–	1.056.634

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do resultados abrangentes - Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025 (*Em milhares de Reais*)

	Controladora 2026	Controladora 2025	Consolidado 2026	Consolidado 2025 (não auditado)
Lucro líquido do exercício	39.297	80.851	39.297	80.851
Outros resultados abrangentes	–	–	–	–
Resultado abrangente total	39.297	80.851	39.297	80.851

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025 (*Em milhares de Reais*)

	Nota	Controladora 2026	Controladora 2025	Consolidado 2026	Consolidado 2025 (não auditado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro do exercício antes do imposto de renda e contribuição social		51.567	96.972	54.248	97.879
Ajustes para:					
Depreciação e amortização		178.809	144.057	189.571	144.057
Resultado na baixa de ativo imobilizado	30	(1.197)	(2.650)	(1.193)	(2.650)
Mensuração no valor justo de ativos biológicos	10	79.082	12.875	79.082	12.875
Reconhecimento estoque Cbios	30	–	8.291	–	–
Diminuição do ativo biológico devido a colheita de cana-de-açúcar	10	95.258	91.470	95.258	91.470
Juros e variações cambiais provisionados	15	42.386	30.784	50.052	36.581
Resultado da equivalência patrimonial em controladas	16	(29.411)	(12.660)	–	–
Resultados com instrumentos financeiros derivativos	24	(811)	–	(811)	–
Depreciação direito de uso de arrendamento	21	3.151	3.121	3.151	3.121
Receita de dividendos mensurados ao custo	30	(17)	(149)	(17)	(149)
Ganho por variação patrimonial de investida	30	(24.514)	(7.347)	(24.514)	(7.347)
Variação de ativos e passivos					
Contas a receber		26.509	(56.730)	23.120	(58.127)
Estoques		(2.469)	(16.562)	(2.483)	(8.311)
Impostos a recuperar		23.662	99.053	21.512	99.003
Adiantamentos a fornecedores		(12.733)	(12.214)	(12.699)	(11.510)
Demais ativos		37	(3.516)	54	(3.516)
Depósitos judiciais		(5.997)	(5.540)	(5.997)	(5.540)
Fornecedores		(26.310)	52.815	(28.101)	52.151
Salários e contribuições sociais		6.443	1.171	6.431	1.255
Impostos e contribuições a recolher		1.256	30.666	302	30.811
Demais passivos		3.038	(495)	3.039	(492)
Caixa gerado pelas atividades operacionais		407.739	453.412	450.005	471.561
Juros pagos		(24.558)	(24.246)	(25.189)	(25.153)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(6.544)	(8.764)	(7.933)	(9.671)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		376.637	420.402	416.883	436.737
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Aquisição de ativos biológicos	10	(105.125)	(108.133)	(105.125)	(108.133)
Aquisição de investimentos		(15.544)	(62)	(15.544)	(62)
Aquisição de imobilizado		(56.316)	(190.731)	(61.663)	(195.031)
Aquisição de intangível		(830)	(668)	–	(668)
Recebimento de dividendos		41.755	8.308	10.674	8.308
Valor recebido na alienação de ativo imobilizado	30	2.750	3.163	2.750	3.163
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(133.310)	(288.123)	(168.908)	(292.423)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos					
Pagamento de passivo de arrendamento	15	(3.865)	(6.631)	(3.865)	(6.631)
Empréstimos, financiamentos bancários e debêntures tomados	15	269	20.461	269	20.461
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures - principal	15	(57.720)	(63.610)	(57.720)	(63.610)
Pagamento de dividendos		(21.117)	(26.395)	(21.117)	(26.395)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos		(82.433)	(76.175)	(82.433)	(76.175)
Aumento em caixa e equivalentes de caixa, líquido		160.894	56.104	165.542	68.139
Demonstração do aumento no caixa e equivalentes de caixa					
No início do exercício		285.744	229.640	303.146	235.007
No fim do exercício	6	446.638	285.744	468.688	303.146
		160.894	56.104	165.542	68.139

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (*Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma*)

1. Contexto operacional: 1.1. A Companhia: A Usina Uberaba S.A. ("Companhia" ou "Controladora"), com sede na Fazenda Uberaba, Rodovia Municipal 304, Km 2,5, cidade de Uberaba, Estado de Minas Gerais, tem como atividade preponderante a fabricação de etanol. A Companhia é cooperada da Cooperativa dos Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo, cujo ato cooperado entre as partes implica na entrega, imediata e definitiva, da produção de etanol nos estabelecimentos da Cooperativa. O resultado da comercialização desses produtos, no mercado interno e externo, é rateado pelas cadas cooperado, em conformidade com o disposto no Parecer Normativo CST n° 66, de 05 de setembro de 1986. Aproximadamente 65% da cana-de-açúcar processada pela Companhia é própria, sendo cultivadas em terras próprias e de terceiros, mediante exploração de parceria agrícola. **Reforma tributária:** Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar nº 214/2025, primeira etapa de regulamentação da Reforma Tributária do consumo. O novo modelo substituirá PIS, COFINS, ICMS, ISS e parte do IPI pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), estruturados sob o conceito de IVA dual. Adicionalmente, foi instituído o Imposto Seletivo (IS), de competência federal, incidente sobre bens e serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente. A Reforma será implementada gradualmente entre 2026 e 2032, período no qual coexistirá o sistema atual e o novo regime. A LC nº 227/2026 complementou a regulamentação, disciplinando aspectos operacionais do IBS, inclusive administração, fiscalização e regras de transição. A Administração da Companhia e sua controlada acompanham os desdobramentos regulatórios e avalia os potenciais impactos tributários, operacionais e contábeis da nova sistemática. Contudo, considerando que o período de transição terá início em 2026 e ainda existem regulamentações complementares pendentes, não foram identificados, até a presente data, efeitos materiais a serem refletidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de março de 2026. A Companhia e sua controlada seguirão monitorando a evolução normativa e atualizará suas estimativas e divulgações conforme os impactos forem se tornando conhecidos e mensuráveis. **1.2. Relação de entidades controladas:** As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações da Usina Uberaba S.A. e da seguinte controlada:

Controlada direta	País	Participação Capital	Participação Ações
Uberaba Energia Ltda.	Brasil	100%	100%

Uberaba Energia Ltda. - controlada: A Uberaba Energia Ltda., com sede na Fazenda Uberaba, tem como atividade a produção, consumo e comercialização de energia elétrica, vapor vivo, vapor de escape e todos os derivados provenientes da cogeração de energia elétrica produzida a partir de matéria prima adquirida ou consorciada de terceiros. **1.3. Renovabio:** Instituído pela Lei nº 13.576/2017, o RENOVABIO é a Política Nacional de Biocombustíveis que tem como principal foco o estabelecimento de metas nacionais anuais de descarbonização para o setor de combustíveis, objetivando o aumento da produção e da participação de biocombustíveis na matriz energética de transporte do país. Estes créditos de descarbonização (Cbios) deverão ser adquiridos pelas distribuidoras de combustíveis para comprovar o cumprimento de metas de redução de emissão de carbono. A comercialização dos créditos de descarbonização (Cbios) é realizada através da Cooperativa dos Produtores de Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo, registrando o valor negociado como receita operacional da Companhia, quando do reconhecimento do direito do PN66. **2. Base de preparação: 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as políticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Administração da Companhia em 30 de junho de 2026. Detalhes sobre as políticas contábeis materiais da Companhia e sua controlada estão apresentadas na nota 3. **2.2. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras da Companhia e sua controlada foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais: • Os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado; • Os ativos biológicos mensurados pelo valor justo deduzidos das despesas com vendas; e • Os investimentos em coligadas e controladas avaliados por equivalência patrimonial. **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real (R$ mil), que é a moeda funcional da Companhia e de sua controlada. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.4. Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis materiais da Companhia e sua controlada e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. ***(i) Julgamentos:*** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeito significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • **Nota 21** - Passivo de arrendamento: se a Companhia tem razoável certeza de exercer opções de prorrogação. ***(ii) Incertezas sobre premissas e estimativas:*** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data da emissão do relatório que possuem um risco significativo de resultar em ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • **Nota 3.4 (iii)** - Vida útil do ativo imobilizado; • **Nota 10** - Ativo biológico - O ativo biológico é mensurado ao valor justo na data de cada balanço patrimonial e os efeitos de variação do valor justo entre os períodos são alocados diretamente no custo dos produtos vendidos; • **Nota 14** - Ativos e passivos fiscais diferidos - disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais e base negativa possam ser utilizados; • **Nota 23** - Provisão para contingências - principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos. ***(iii) Mensuração a valor justo:*** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia e sua controlada requerem a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e sua controlada usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. • **Nível 1**: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos. • **Nível 2**: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • **Nível 3**: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). A Companhia e sua controlada reconhecem as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • **Nota 10** - Ativo biológico; e • **Nota 24** - Instrumentos financeiros. **3. Políticas contábeis materiais:** As políticas contábeis materiais descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **3.1 Base de consolidação:** *(i) Controlada:* A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos no exercício do poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras da Controlada são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da Controladora as informações financeiras da controlada são reconhecidas por meio de método de equivalência patrimonial. ***(ii) Perda de controle:*** Quando perde o controle, a Companhia baixa o reconhece os ativos e passivos da controlada, qualquer participação de não controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referente a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia e sua controlada retêm qualquer participação na antiga controlada, então essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle. ***(iii) Transações eliminadas na consolidação:*** Saldos e transações intergrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intergrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados, se houver, oriundos de transações com controlada, registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na controlada. Prejuízos não realizados, se houver, são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. **3.2. Moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia e sua controlada pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado. **3.3. Instrumentos financeiros:** A Companhia e sua controlada classificam seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e ao custo amortizado. A classificação dependerá da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço. ***(i) Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e não reconhecimento:*** Os instrumentos financeiros ativos e passivos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrem. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e sua controlada tenham atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. ***(ii) Compensação de instrumentos financeiros:*** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. ***(iii) Capital social:*** Ações ordinárias nominativas da Companhia são classificadas como patrimônio líquido. A Companhia não possui ações preferenciais. ***(iv) Dividendos:*** Os dividendos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo. O saldo do lucro líquido, deduzidas as reservas legais e o dividendo obrigatório será reconhecido como obrigação quando deliberado por ocasião da Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas. Vide nota 26c. **3.4. Imobilizado:** ***(i) Reconhecimento e mensuração:*** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. A Companhia e sua controlada optaram por não reavaliar os ativos imobilizados pelo custo atribuído (*deemed cost*) na data de abertura do exercício de 2010. A Administração da Companhia e sua controlada realizaram um estudo sobre os benefícios da adoção do custo atribuído (*deemed cost*) e concluiu que esses benefícios não são superiores aos custos de adoção. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia e sua controlada inclui: • O custo de materiais e mão de obra direta; • Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração; • Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados. O software que for comprado para se poder operar a funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado) são reconhecidos como outras receitas / despesas operacionais no resultado. ***(ii) Custos subsequentes:*** Gastos com manutenção que implicam em prolongamento da vida útil econômica dos bens do ativo imobilizado são capitalizados. Gastos com manutenção sem impacto na vida útil econômica dos ativos são reconhecidos como despesa quando realizados. Os itens substituídos são baixados. Os gastos com manutenção agrícola e industrial, incorridos no período de entressafra são levados ao imobilizado para serem apropriados ao custo de produção do açúcar e do etanol no decorrer da safra seguinte. ***(iii) Depreciação:*** Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos e terra nua não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente são as seguintes:

Edifícios e construções	26 anos
Máquinas, instalações e equipamentos	Entre 3 e 29 anos
Veículos	14 anos
Máquinas e implementos agrícolas	16 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Lavouras de cana-de-açúcar	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes reconhecidos como mudança de estimativa contábeis. **3.5. Ativos biológicos:** Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo deduzidos das despesas de venda. Alterações no valor justo menos despesas de venda são reconhecidos no resultado. Custos de venda incluem todos os custos que seriam necessários para vender os ativos. A cana-de-açúcar em pé é transferida ao estoque pelo seu valor justo, deduzido das despesas estimadas de venda apurados na data de corte. **3.6. Estoques:** Os estoques são mensurados pelo menor entre o custo e o valor realizável líquido. Os custos dos estoques são avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas. O custo da cana-de-açúcar transferido dos ativos biológicos é seu valor justo menos as despesas de venda apuradas na data do corte. O Cbios é caracterizado como um ativo, na sua essência, intangível, por não ter substância física, que decorre de eventos passados e gera um direito para a Companhia e sua controlada. O direito nasce como consequência de uma subvenção governamental, logo seu reconhecimento inicial é tratado dentro do escopo do Pronunciamento Técnico CPC 07 - Subvenção e Assistência Governamentais, e seu reconhecimento inicial é através do valor justo, registrado na linha de outras receitas e despesas operacionais, líquidas (nota 30). Após a mensuração inicial, o Cbios, por ter sua origem derivada de operações e ser comercializado pela Companhia, passa a ser tratado como estoque, e sua mensuração subsequente passa a ser o valor realizável líquido, conforme definido no CPC 16 - Estoques. Ao final do exercício a Companhia e sua controlada fazem a comparação entre o custo de estoque do Cbios e o seu valor realizável líquido de mercado, e caso necessário, faz o registro de *impairment*. **3.7. Redução ao valor recuperável (*impairment*): *(i) Ativos financeiros:*** A Companhia e sua controlada avaliam a cada data de apresentação se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Com um expediente prático, a Companhia e sua controlada podem mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável. Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento ocorrido após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado. ***(ii) Ativos não financeiros:*** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e sua controlada, que não os ativos biológicos, estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para avaliar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou Unidade Geradora de Caixa ("UGC") exceder seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de rexpectativa de capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Durante os exercícios encerrados em 31 de março de 2026 e 2025, a Companhia e sua controlada não identificaram indicadores de que seus ativos estão registrados com valor acima do seu valor recuperável. As perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **3.8. Benefícios a empregados:** ***Benefícios de curto prazo a empregados:*** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são reconhecidas como despesa conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo, se a Companhia e sua controlada tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **3.9. Provisões:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia e sua controlada tiverem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado. **3.10. Receita operacional:** ***(i) Venda de produtos - Etanol:*** As receitas auferidas e despesas incorridas pela Cooperativa são apropriadas ao resultado do exercício com base em rateio, definido de acordo com a produção da Companhia em relação às demais cooperadas, em conformidade com o disposto no Parecer Normativo CST n° 66, de 5 de setembro de 1986.